ONU deve protelar decisão sobre Palestina

Diplomata do Conselho de Segurança diz à **Folha** que ideia é frear criação de Estado palestino, para reduzir tensão

Palestino Mahmoud Abbas queixa-se de "forte pressão" imposta por adversários de declaração de soberania

ÁLVARO FAGUNDES
VERENA FORNETTI
DE NOVA YORK

As intenções palestinas de conseguir que a sua soberania seja discutida pelo Conselho de Segurança da ONU devem levar bastante tempo até serem concretizadas.

Segundo um diplomata de um dos países que têm poder de veto no organismo da ONU, a pretensão é que o assunto seja levado de forma lenta dentro do CS, sem, no entanto, dizer quando poderia ocorrer a votação.

O motivo, explica, é que é preciso esperar a situação se acalmar para as negociações avançarem.

Ainda de acordo com o diplomata, o fato de o Líbano (que apoia o plano palestino) estar na presidência do Conselho de Segurança neste mês não altera a procrastinação da votação, porque os países buscam um consenso para as decisões no organismo.

Os EUA e alguns países europeus ainda buscam negociar para que a Palestina não apresente na sexta-feira o pedido para que os territórios se tornem membro pleno das Nações Unidas.

O argumento americano é de que a paz só pode ser alcançada pela negociação, não por atos unilaterais.

Nos corredores da ONU, onde ocorre a Assembleia Geral, havia ontem um lobby da comunidade judaico-americana junto à imprensa e representantes de países buscando apoio para Israel.

Em declarações citadas ontem pela imprensa palestina, o presidente Mahmoud Abbas reclamou da "forte pressão" imposta pelos adversários do projeto de criação do Estado palestino dentro das fronteiras anteriores à ocupação israelense de 1967.

Mas, logo após desembarcar em Nova York ontem, Abbas reiterou, em encontro com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que mantém pretensões de buscar o reconhecimento por um Estado palestino, apesar de os EUA terem deixado claro que usarão seu poder de veto contra a proposta.

Uma alternativa que não passa pelo CS é a Assembleia Geral aprovar a Palestina como Estado observador, o que não lhe dá voto no organismo, mas permite participar de órgãos como a Unicef.

Timothy A. Clary/France Presse

Secretário geral da ONU, Ban Ki-moon (dir.), recebe presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, em Nova York

O RUMO ATÉ A ONU
Para a Palestina se tornar Estado pleno, é preciso

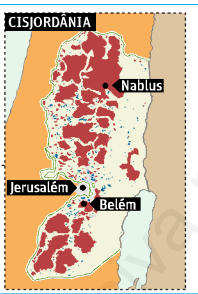
1. Após discursar na Assembleia Geral na sexta, presidente Abbas submete pedido ao secretário-geral, que o recomenda ao Conselho de Segurança
2. A recomendação deve ser aprovada por ao menos 9 dos 15 países do Conselho de Segurança e não deve ser vetada por nenhum dos membros permanentes
3. Há chance de que o voto ocorra logo, mas o protocolo estabelece que o CS não se manifesta durante o debate geral, portanto a decisão só deve sair em outubro

Se for aprovado
Precisa ser ratificado por dois terços dos 193 integrantes da Assembleia Geral (AG) da ONU para que a Palestina se torne um Estado pleno

Se for rejeitado
Segue para voto na AG, onde os palestinos podem obter título de Estado observador não membro; palestinos podem alterar o texto

DISPUTA TERRITORIAL
Palestinos reivindicam demarcações de 1967

- Fronteiras de 1967
- Controle palestino
- Controle civil palestino e controle militar
- Assentamentos israelenses em território palestino



APOIO AO ESTADO PALESTINO
Veja como devem votar alguns países na Assembleia Geral da ONU

APOIAM	NÃO APOIAM
> África do Sul	> Alemanha
> Brasil	> Colômbia
> Chile	> EUA*
> China*	> Holanda
> Egito	> Israel
> Espanha	> Itália
> Rússia*	> México
> Turquia	> Polônia

EM CIMA DO MURO

> França * > Reino Unido*

* Países com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU

› SAIBA MAIS

Brasil inaugura Assembleia da ONU desde 1947

DE SÃO PAULO

A presidente Dilma fará amanhã o discurso de abertura da 66ª Assembleia Geral da ONU, perpetuando a tradição pela qual o Brasil é responsável pela fala inaugural do evento. A tradição remonta aos primórdios da ONU, quando o então chanceler brasileiro, Oswaldo Aranha, foi convidado para abrir a 1ª Sessão Especial da Assembleia, em 1947. O Brasil foi escolhido como alternativa a EUA e a então URSS, que disputavam o direito da primeira fala.

Anúncio

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 set. 2011, Primeiro Caderno, p. A15.